

Economistas debatem rumos

O Banco Central reuniu ontem, na abertura do seminário comemorativo do seu 25º aniversário, o ex-ministro da Fazenda da Velha República, Ernâne Galvêas; o heterodoxo do Plano Cruzado, Pêrsio Arida; o estruturalista "tucano", deputado José Serra, e o monetarista conservador Paulo Guedes. Eles debateram o que o próximo governo terá que fazer para ajustar a economia brasileira, como um novo choque, maxidesvalorização cambial e até a recessão.

Um dos principais mentores do Plano Cruzado, Pêrsio Arida recebeu duras estocadas de Paulo Guedes. Porém continuou a defender um "corte radical" no processo inflacionário, com novo plano de estabilização econômica, ao considerar insustentável para o presidente da República que assumirá em março uma política econômica gradualista do tipo "arroz com feijão", como a conduzida hoje pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

O ex-ministro Ernâne Galvêas disse que o futuro presidente terá que tomar imediatamente decisões austeras para recuperar a credibilidade do Governo. Antes de tudo, segundo Galvêas, será preciso um choque tributário para eliminar o déficit público.

Pela recessão

O economista Paulo Guedes, vice-presidente executivo do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais (Ibmecc), e ex-assessor de Afif, pregou a austeridade monetária para que o Banco Central dei-

xe de cobrir o déficit do Tesouro com a emissão de moeda e obrigue o presidente da República a assumir a responsabilidade do risco político de uma recessão "brutal" da atividade econômica, como resultado da elevação dos juros do mercado.

Paulo Guedes considerou inevitável nova maxidesvalorização do cruzado ou a liberação do câmbio. Dentro desta tese, propôs o enquadramento criminal de Mailson por ampliar a colocação de bônus do Tesouro Nacional com cláusula cambial e ainda reabrir os depósitos voluntários em moeda estrangeira no Banco Central.

O presidente do Banco Central, Wadico Bucchi, evitou entrar na polêmica dos economistas convidados, nem mesmo quando o deputado José Serra afirmou que, hoje, não existe política monetária e que as altas taxas de juros praticadas pelo BC só ampliam a riqueza dos detentores do capital e criam mais lucros para os bancos.

Bucchi procurou aproveitar o seminário para avançar na campanha pela sua permanência no cargo, mesmo com a mudança de Governo. Sob o manto da autonomia do Banco Central, Bucchi quer que o Congresso Nacional aprove logo a legislação complementar do Sistema Financeiro, sobretudo a regulamentação da estrutura e das atribuições do BC, já recebendo o benefício de um mandato fixo de quatro ou seis anos, o que limitaria o raio de ação do próximo ministro da Fazenda.